



D
13.02
S

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 12 NOV. 2012

Ruy
1º Secretário

Projeto de Lei nº 564/12

Súmula: Revoga a Lei 11.722, de 20/05/1997, e dá outras providências.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a Lei 11.722, de 20 de maio de 1997, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 2º - O Poder Executivo custeará as taxas de energia elétrica e água para hospitais públicos de clínicas e universitários, mantidos por Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior que disponham de pelo menos 70% (setenta por cento) de leitos do Sistema Único de Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de Novembro de 2012.

[Assinatura]
FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - PDT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa tem por objetivo adequar a legislação à realidade nacional vigente, haja vista que o governo estadual é responsável pelo pagamento do custeio e despesas correntes dos hospitais próprios e de ensino público estadual, como os das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá, Cascavel, e agora os de Ponta Grossa e Francisco Beltrão.

De acordo com a Lei 11.722/1997, que se busca revogar, hospitais vinculados ao governo federal passaram a ser beneficiados pela isenção das taxas de água e energia elétrica, mesmo que a União esteja apresentando desde 1994, com o Plano Real, sucessivas recuperações de sua capacidade arrecadatória de tributos federais, com recordes de impostos e contribuições.

Além do mais, o governo federal institui para gerenciar seus hospitais universitários uma empresa pública, dando plenas condições de manutenção e ainda empregabilidade para seus funcionários – estatutários ou não. É a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. – EBSEH, criada pela lei federal 12.550/2011 e já funcionando associada ao Ministério de Educação. E o próprio governo federal estipula outro programa chamado de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF, sem dispensar qualquer apoio aos hospitais universitários estaduais como os mantidos pelo Paraná (decreto 7082/2010), além do programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Os legisladores à época da edição desta lei estadual pretendiam dar fôlego financeiro a uma instituição federal da nossa capital, pelos então contingenciamentos orçamentários da União. O que não ocorre mais pela realidade financeira já descrita no jornal Notícias UFPR, de março de 2012, páginas 12 e 13 – "Ela gerencia o terceiro maior orçamento do Paraná, atrás apenas do orçamento do Estado e da Prefeitura de Curitiba... Recursos para custeio e capital saltam de R\$ 53,9 para R\$ 149,1 milhões... As universidades federais, durante o governo Lula, tiveram aumento significativo dos recursos para custeio e investimentos..."

Diante disso, e com a informação de que o orçamento federal para a instituição abrangida pela lei ora suprimida é suficiente para honrar todos os seus compromissos, não se justifica mais a necessidade da existência da norma jurídica, e as instituições estaduais de ensino superior já estão contempladas pelas normas legais que as criaram e garantem seu regular funcionamento.

DL

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#) [voltar](#)[Exibir Ato](#)[Página para Impressão](#)[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#) Lei 11722 - 20 de Maio de 1997

Publicado no Diário Oficial nº. 5007 de 21 de Maio de 1997

Súmula: Dispõe que o Poder Executivo custeará as taxas de consumo de energia elétrica e de água para Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, a partir de 1º de janeiro de 1997.

A Assembléia Legislativa do estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Poder Executivo custeará as taxas de consumo de energia elétrica e de água para Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, a partir de 1º de janeiro de 1997.

Parágrafo único. Para se habilitar aos benefícios de que trata este artigo, os Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, deverão dispor de um mínimo de 70% (setenta por cento) de leitos de Sistema Único de Saúde.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 20 de maio de 1997.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Miguel Salomão
Secretário de Estado da Fazenda

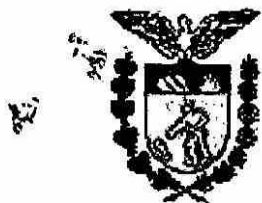
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2000 - Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n -
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 564/2012

Projeto de Lei nº 564/2012
Autor: Deputado Fernando Scanavaca

Súmula: Revoga a Lei 11.722, de 20/05/1997, e dá outras providências.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 11.722/1997. POSSIBILIDADE. INCUMBÊNCIA AO PODER EXECUTIVO PARA CUSTEAR TAXAS DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA PARA HOSPITAIS PÚBLICOS DE CLÍNICAS E UNIVERSITÁRIOS, MANTIDOS POR INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR QUE DISPONHAM DE PELO MENOS 70% DE LEITOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. NÃO CARACTERIZA AUMENTO DE DESPESAS. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA ANEXA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, visa revogar a Lei nº 11.722/97, bem como, disciplinar que o Poder Executivo custeará as taxas de energia elétrica e água para hospitais públicos de clínicas e universitários, mantidos por Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior que disponham de pelo menos 70% (setenta por cento) de leitos do Sistema Único de Saúde.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância com o disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da

Revisão nullo

CCJ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que a Lei nº 11.722/97, que se pretende revogar, trata do custeio, pelo Poder Executivo, das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



taxas de consumo de energia elétrica e de água nos Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, que disponham um mínimo de 70% (setenta por cento) de leitos de Sistema Único de Saúde.

O presente Projeto visa revogar a norma mencionada para limitar o benefício aos hospitais públicos que sejam mantidos por **Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior**.

Conforme justificativa do autor do Projeto, *"de acordo com a Lei nº 11.722/1997, que se busca revogar, hospitais vinculados ao governo federal passaram a ser beneficiados pela isenção das taxas de água e energia elétrica, mesmo que a União esteja apresentando desde 1994, com o Plano Real, sucessivas recuperações de sua capacidade arrecadatória de tributos federais, com recordes de impostos e contribuições."*

Diante disso, cumpre ressaltar que, muito embora o artigo 2º do Projeto em tela atribua o custeio das taxas ao Poder Executivo, nota-se que não haverá interferência, especialmente, porque, não haverá aumento de despesas, posto que, a alteração limitará a abrangência da norma apenas alcançando os hospitais públicos de clínicas e universitários mantidos por Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada, a mesma deverá ser substituída para que tanto o conteúdo, quanto à forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, § 2º, prevê a possibilidade em se oferecer Emenda ao Projeto de Lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.



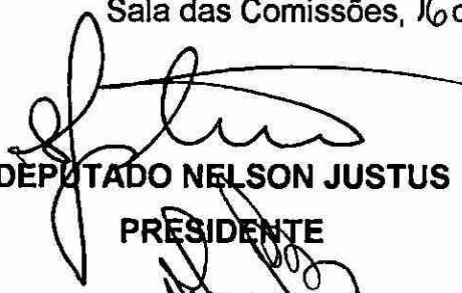
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente
Projeto de Lei, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, 16 de *abril* de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


DEP. PASTOR PRACZYK


DEP. PERICLES

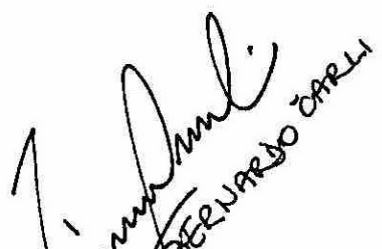

DEP. WALTER


DEP. SCANAVACCA

DEP. FERNANDO

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep. Elton W.
Tarcilio T.
Pericles M
2304


DEP. PEDRO LUPION


DEP. FERNANDO

APROVADO
2304.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 564/2012

De acordo com o que determina o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, faz-se necessária a apresentação do presente Substitutivo Geral, para contar com a seguinte redação:

**“SÚMULA: Altera a Lei Estadual nº
11.722, de 20 de maio de 1997.**

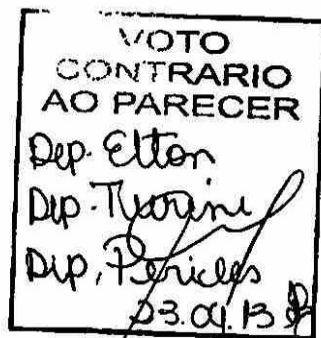
**Art. 1º. O art. 1º da Lei Estadual nº 11.722, de 20 de maio de 1997,
passa a contar com a seguinte redação:**

Art. 1º O Poder Executivo custeará as tarifas de consumo de energia elétrica e de água para Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior.

Parágrafo único. Para se habilitar aos benefícios de que trata este artigo, os Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, deverão dispor de um mínimo de 70% (setenta por cento) de leitos de Sistema Único de Saúde.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de Abril de 2013.



APROVADO
23.04.13

**DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR**

DEP. SCARAVAJA

DEP. PRACZYK

DEP. PEDRO LUPION

DEP. WELTER

DEP. PEREIRA

DEP. TERCILIO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 564/12

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Nobre Deputado Fernando Scanavaca, que objetiva revogar a Lei nº 11.722/1997 e ainda, disciplinar que o Poder Executivo custeará as taxas de consumo de energia elétrica e de água para Hospitais Públicos de clínicas universitários, mantidos por Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior que disponham de pelo menos 70% (setenta por cento) de leitos do Sistema Único de Saúde.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável com Emenda Substitutiva Geral.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, no art. 65, da Constituição Estadual.

A proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CONCLUSÃO

Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

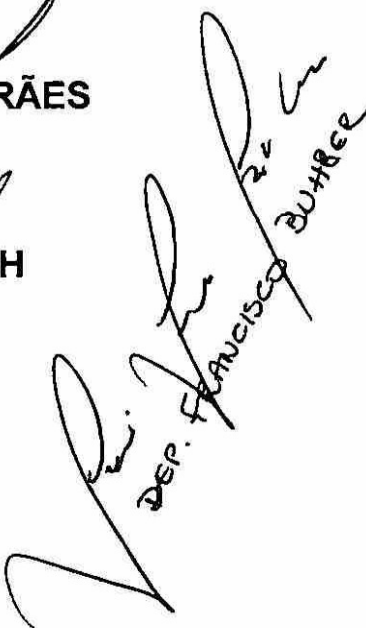
É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


DEP. ANTONIO


DEP. FRANCISCO BUZZE



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO



VOTO EM SEPARADO - PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 564/2012

O Projeto de Lei nº 564/2012, de autoria do Deputado Fernando Scanavacca, tem como proposta "revogar a Lei 11.722/1997 e dispor que o Poder Executivo custeará as taxas de consumo de energia elétrica e de água para Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior". A revogação em comento visa revogar a norma mencionada para limitar o benefício aos hospitais públicos que sejam mantidos por Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior.

Conforme justificativa do referido autor, "de acordo com a Lei 11.722/1997, que busca revogar, hospitais vinculados ao governo federal passaram a ser beneficiados pela isenção das taxas de água e energia elétrica, mesmo que a União esteja apresentando desde 1994, com o Plano Real, sucessiva recuperação de sua capacidade arrecadatória de tributos federais, com recortes de impostos e contribuições".

O orçamento Federal para as instituições abrangidas pela lei ora suprimida, é suficiente para honrar tais compromissos, não se justificando a existência da norma jurídica, sendo que as instituições estaduais de ensino superior já estão contempladas pelas normas legais pelas quais foram criadas, garantindo seu regular funcionamento.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou Parecer Favorável para a mesma com Emenda Substitutiva Geral, e a Comissão de Finanças exarou Parecer Favorável.

Este Deputado pediu vistas do projeto em análise, por discordar do Parecer do Relator Deputado Enio Verri, membro desta Comissão, demonstrando que a matéria não vem impactar o orçamento do Estado, estando de acordo com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 -



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que no ano de 2012 o gasto com Energia Elétrica e Água no Hospital de Clínicas foi de R\$ 1.792.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil reais).

De acordo com estes dados, este Deputado opina pela aprovação da matéria em questão.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que o Poder Legislativo Estadual exerce com plenitude o seu papel constitucional.

Sala das comissões, 27 de maio de 2012

DEP. NEREU MOURA

Presidente da Comissão de Orçamento

JONAS GUIMARÃES
Deputado Estadual

DEP. ELIO RUSCH

DEP. PASTOR PRACYK

DEP. FRANCISCO BUKER



Comissão de Ciência e Tecnologia

PARECER AO PROJETO DE LEI 564/2012

Projeto de Lei nº 564/2012

Autor: Deputado Fernando Scanavaca

Súmula: Revoga a Lei 11.722, de 20/05/1997, e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei, visa revogar a Lei nº 11.722/1997, bem como, disciplinar que o Poder Executivo custeará as taxas de energia elétrica e água para hospitais públicos de clínicas e universitários, mantidos por Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior que disponham de pelo menos 70% (setenta por cento) de leitos do Sistema Único de Saúde.

Vejamos o que estabelece o artigo 33 – T do Regimento Interno desta Casa:

“Art. 33-T Compete à Comissão de Ciência e Tecnologia manifestar-se em proposições que:

I – objetivem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

II – proponham apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos.

III – visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científica do Estado, incluindo aquelas relacionadas às entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



O presente Projeto de Lei (na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada na CCJ) visa **limitar o benefício concedido aos hospitais públicos apenas às Instituições Públicas Estaduais de Ensino Superior**, revogando a norma que estendia tal benefício às Instituições Públicas Federais de Ensino Superior, e estabelecendo que tal benefício deve ser concedido aos hospitais que disponham de no mínimo 70% de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ademais, tendo em vista que o mesmo visa estimular os hospitais públicos a dar atendimento à população carente, bem como proporcionar maior conhecimento da área médica aos alunos que cursam medicina, socorrendo-se da ajuda do Governo do Estado para arcar com todas as despesas e custeios necessários para a manutenção dos hospitais no que concerne às despesas de energia elétrica e de água é que faz-se necessária a aprovação do presente projeto de lei.


Diante do exposto, esta Comissão de Ciência e Tecnologia opina pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 564/2012.

Sala das Comissões, 17 de 06 de 2013.


Deputado Teruo Kato
Presidente


Deputado Pr. Edson Praczyk
Relator


DEP. ADELINO RIBEIRO


DEP. ELIO RUSCH


DEP. JONAS GUIMARÃES


DEP. TERUO KATO



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 564/2012

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, que revoga a Lei 11.722, de 20/05/1997, e dá outras providências.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de adequar a legislação à realidade nacional vigente, haja vista que o Governo Estadual é responsável pelo pagamento do custeio e despesas correntes dos hospitais próprios e de ensino público estadual, como os das Universidades de Londrina, Maringá, Cascavel e agora os de Ponta Grossa e Francisco Beltrão.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 2013.

DEP NELSON WERSEN

DR. BATISTA
Presidente

Relator

ADELINO



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 95/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Concessão de Direito Real de Uso do imóvel que especifica ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a efetuar a Concessão de Direito Real de Uso, a título gratuito, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, do imóvel constituído de um terreno com área de 10.853.280 m² (dez milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e duzentos e oitenta metros quadrados), situado à margem do Rio Iguaçu, no Município e Comarca de Foz do Iguaçu, neste Estado, com as especificações constantes da Matrícula nº 35.598, do Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel de que trata o art. 1º será destinado à preservação ambiental e proteção de mananciais, nos termos do que dispõe a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, atendendo ao contido no Termo de Reciprocidade nº 001/2011 - SEMA.

Parágrafo único. O não atendimento a quaisquer das condições previstas nesta Lei implicará na extinção da concessão, sem que caiba ao concessionário qualquer direito à indenização por benfeitorias ou edificações realizadas no imóvel do Estado do Paraná.

Art. 3º Fica a entidade concessionária, enquanto durar a concessão, com a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem cedido e pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento deste encargo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de março de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 25/03/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 022/2013

Curitiba, 19 de março de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 25 MAR. 2013

Quanto
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a concessão gratuita de direito real de uso em favor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, autarquia federal criada pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, do imóvel constituído de um terreno com área de 10.853.280 m² (dez milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e duzentos e oitenta metros quadrados), equivalente a 1.085,328 hectares, situado à margem do Rio Iguaçu, junto aos “Saltos de Santa Maria”, no Município e Comarca de Foz do Iguaçu, neste Estado, com as especificações constantes da Matrícula nº 35.598, do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

A presente proposta coaduna-se com os superiores interesses públicos, uma vez que o imóvel, localizado no perímetro do Parque Nacional do Iguaçu, conforme definido no Decreto Federal nº 1.035/1939, alterado pelo Decreto Federal nº 86.676/1981, será destinado à preservação ambiental e à proteção de mananciais, nos termos dispostos na Lei Federal nº 9.985/2000, bem como sua utilização será regularizada por parte da entidade federal gestora do Parque Nacional do Iguaçu.

Vale ressaltar que no texto do Anteprojeto de Lei ora proposto constam dispositivos expressos no sentido de que a concessão será extinta caso o concessionário conceda ao bem destinação diversa, sem que lhe caiba qualquer direito à indenização por benfeitorias realizadas no imóvel, e que, enquanto durar a concessão, incumbe à concessionária a responsabilidade pela guarda, proteção e conservação do bem, assim como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento deste encargo, sem direito a quaisquer ressarcimentos.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.427.943-9

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

PR-47 25/03/2013 002268 DT LEGISLATIVA DO 115304



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Destaque-se, por fim, que tal providência visa dar seguimento ao Termo de Reciprocidade nº 001/2011, celebrado em 30/08/2011, entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, o Instituto Ambiental do Paraná – IAP e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, estabelecendo a cooperação técnica entre estes órgãos e entidades no manejo e gestão das unidades de conservação federais e estaduais no Estado do Paraná, com especial objetivo de promover ações de regularização fundiária.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas considerações.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO **PEDRO LUPION**



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA em relação ao Projeto de Lei nº 95/2013 (Mensagem nº 022/2013 na origem), de autoria do PODER EXECUTIVO que **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO IMÓVEL QUE ESEPCÍFICA AO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO E BIODIVERSIDADE – ICMBio.**

Relator: *Deputado PEDRO LUPION*

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n.95/13, de autoria do PODER EXECUTIVO tem por escopo autorizar a concessão de Direito Real de área localizada às margens do Rio Iguaçu, cujo imóvel encontra-se matriculado sob nº 35.598 do Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu, estado do Paraná.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Poder Executivo, a proposição coaduna com os interesses públicos, uma vez que o imóvel constituído está localizado no perímetro do Parque Nacional do Iguaçu, ou seja, área de preservação ambiental.

Ainda, conforme se verifica no PL há a previsão de extinção da concessão se por ventura o cessionário conceda ao bem destinação diversa da que



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



prevista na pretensa legislação, bem como estabelece que a cessionária irá realizar toda e qualquer manutenção que o bem necessitar, assim como arcará com as despesas necessárias para o fiel cumprimento do encargo.

Uma vez recebida a mensagem por esta Casa de Leis, foi encaminhada a esta Comissão conforme previsão regimental.

É O RELATÓRIO.

II – DA ANÁLISE E VOTO.

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em “integridade do ordenamento jurídico” e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.¹

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o importante papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: ‘*O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade*’. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:





PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO **PEDRO LUPION**



Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.³

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia [sic], ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia [sic], sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia [sic] Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Em relação a matéria versada no PL, se verifica que o Estado tem competência para legislar acerca do assunto uma vez que detém o dever constitucional de proteção do meio ambiente e preservação da fauna e flora, podendo ser notada tanto no texto da Constituição Federal, senão vejamos:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)





PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO **PEDRO LUPION**



"Art. 23. É competência comum da União; dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;"

No mesmo sentido há previsão na Constituição Estadual:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;"

Dentro do Direito Público, as regras para a realização de alienação de bens pertencentes ao domínio público, estão postas na Lei nº 8.666/93. A Seção VI trata "Das alienações". Especificamente o art. 17 trata, também, de situações que não são tecnicamente alienações. Vê-se isto na alínea "f" do inciso I do citado artigo pois a locação, a permissão de uso e a concessão de direito real de uso não podem ser consideradas alienações, mas apenas a transferência da posse direta do bem.

Nas palavras de Hely Lopes MEIRELLES⁴:

"Concessão de direito real de uso – é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social."

⁴MEIRELLES, Hely Lopes Meirelles. **Direito Administrativo Brasileiro** - 38ª Ed. Malheiros: 2012





PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO **PEDRO LUPION**



Carlos SUNDFELD e Jacinto CÂMARA afirmam que:

"a lei deve delinear os principais aspectos do contrato de concessão a ser firmado, prescrevendo sua forma, o processo de outorga, suas cláusulas essenciais, o prazo de duração, a extinção, bem como as responsabilidades do poder concedente e do concessionário em relação ao bem."

Assim sendo, nota-se que o projeto de lei em análise encontra-se amparado pelos princípios legais norteadores do Direito Público Constitucional, motivo pelo qual nada obsta seu prosseguimento.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n. 95/2013, de autoria do Poder Executivo, em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 02 de Abril de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS

Presidente


Deputado PEDRO LUPION

Relator

APROVADO

02.04.13





PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI 95/2013

Projeto de Lei n. 95/2013

Autor: Poder Executivo (Mensagem n. 022/13)

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a concessão de direito real de uso do imóvel que especifica ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

EMENTA: MEIO AMBIENTE. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO IMÓVEL QUE ESPECÍFICA AO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. APROVAÇÃO.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



I - SÍNTESE FÁTICA

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo autoriza o Poder Executivo a efetuar a concessão de direito real de uso do imóvel que especifica ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa (fls. 06/10), estando apto a ter seu mérito analisado por esta Comissão temática.

II - MÉRITO

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto de lei, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33-K do Regimento Interno:

Art. 33-K. Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

Pois bem.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Poder Executivo, a proposição coaduna com os interesses públicos, uma vez que o



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



JS

imóvel constituído está localizado no perímetro do Parque Nacional do Iguaçu, ou seja, área de preservação ambiental.

Ainda, conforme se verifica no PL há a previsão de extinção da concessão se por ventura o cessionário conceda ao bem destinação diversa da que prevista na pretensa legislação, bem como estabelece que a cessionária irá realizar toda e qualquer manutenção que o bem necessitar, assim como arcará com as despesas necessárias para o fiel cumprimento do encargo.

Em conclusão: o presente projeto de lei está em harmonia com a legislação em vigor e encontra-se amparado pelos princípios legais norteadores do direito, bem como encontra respaldo no inequívoco interesse público por tratar de destinação do imóvel cedido à preservação ambiental e proteção de mananciais, nos termos da Lei Federal n. 9.985/2000, bem como atende ao Termo de Reciprocidade n. 001/2001, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, Instituto Ambiental do Paraná - IAP e o Instituto Chico Mendes - ICMBio, o qual estabelece a cooperação técnica entre tais órgãos para a gestão e manejo das unidades de conservação federais e estaduais no âmbito do Estado do Paraná.

Portanto, não havendo óbices, opino pela aprovação do presente projeto de lei.



PODER LEGISLATIVO

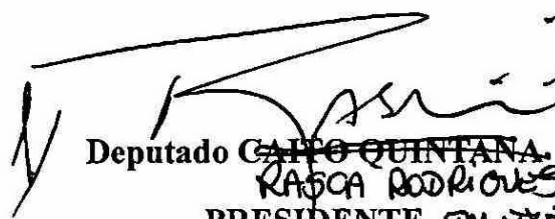
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion

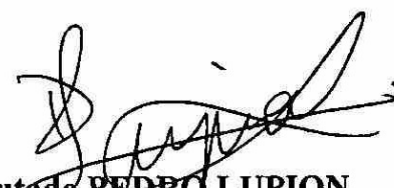


III - CONCLUSÃO

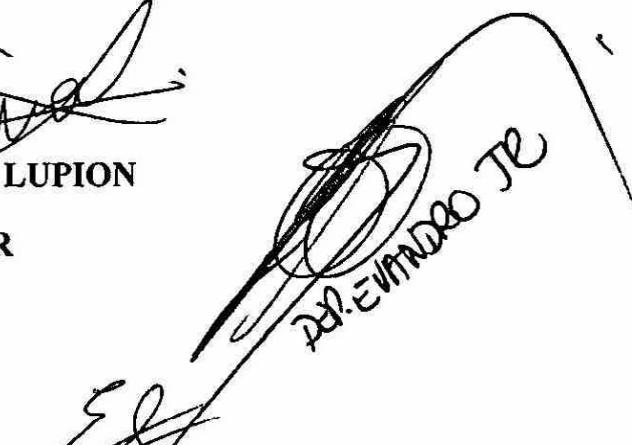
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente
Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2013.


Deputado ~~RAFAEL QUINTANA~~
RAFAEL RODRIGUES
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO


Deputado PEDRO LUPION
RELATOR


RAFAEL RODRIGUES
QUINTANA


PEDRO LUPION
WELTER

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

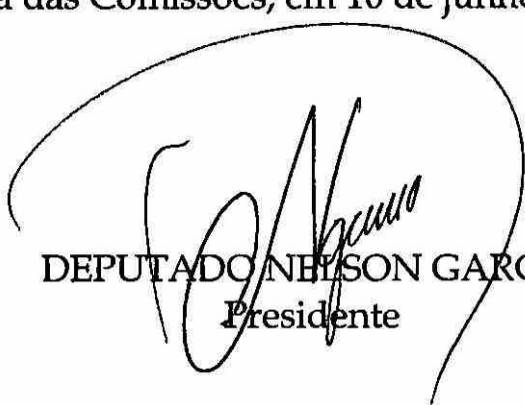
PARECER AO PROJETO DE LEI N° 95 / 13

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo - Mensagem nº 22 / 13 - tem por finalidade efetuar a concessão de direito real de uso do imóvel que especifica ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.


Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON GARCIA
Presidente


Welter


Relator
Pastor Edson

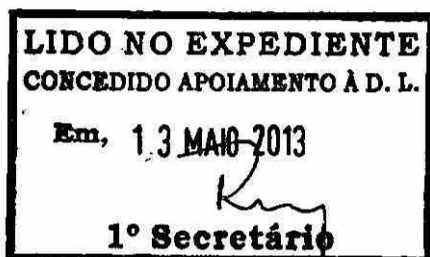

Curi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Gabinete Estadual Nelson Luersen



PROJETO DE LEI Nº 176 / 2013



SÚMULA: Declara de utilidade pública Associação Intermunicipal de Produtores de Leite do Sudoeste do Paraná – com sede em Capanema .

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública a Associação Intermunicipal de Produtores de Leite do Sudoeste – Unileite Sudoeste – com sede e foro no município de Capanema – Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2013.


NELSON LUERSEN
DEPUTADO ESTADUAL

14150 13/05/2013 004006 007 16344328 11:54 PM 00 113248



JUSTIFICATIVA

A Unileite Sudoeste, é uma associação de produtores de leite que se organizou para prestar serviços para os próprios produtores de modo profissional e respeitando a realidade de cada um.

Para isso, realiza atividades individuais e de grupo. O objetivo principal é trabalhar a gestão das propriedades visando a evolução técnica, ambiental e econômica dos produtores e da região.

A viabilidade econômica da associação se dá através da participação financeira dos produtores e da comunidade em geral, que se beneficia direta ou indiretamente deste trabalho.

Atendendo cerca de 185 famílias diretamente e 6.000 famílias indiretamente.

Atividades individuais

Mínimo de quatro visitas técnicas anuais do Técnico da Unileite, com duração mínima de 2:30 hrs;

Definição de metas e objetivos; planejamento forrageiro; Croqui da área com GPS; balanceamento alimentar e planejamento das instalações

Digitação e impressão de relatórios mensais, semestrais e anuais sobre resultados técnicos e econômicos da atividade; apoio ao produtor sobre interpretação e utilização dos relatórios, além de discutir proposições para a propriedade; acesso de forma gratuita a fichas e Brincos para identificação dos animais do rebanho;

Atividades de Grupo

Realização de dois encontros com o grupo de produtores da Unileite para discussão dos dados técnicos e econômicos das propriedades; participação em dias de campo nas propriedades acompanhadas, participação em palestras técnicas.

Auxílio ao produtor para aquisição de acasalamento e compra de sêmen; aquisição de feno, acesso aos serviços do convênio Unileite e APCBRH; Registro Genealógico e análise individual do rebanho em termos de: CCS, Gordura, Proteína, sólidos totais, lactose e uréia; participação em eventos do setor leiteiro promovidos pela Unileite; se beneficiar da compra e venda de animais através da Unileite.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 176/2013

Projeto de Lei nº. 176/2013
Autor: Deputado Nelson Luersen

Súmula: Declara de Utilidade Pública
ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE
PRODUTORES DE LEITE DO SUDOESTE DO
PARANÁ - com sede em Capanema.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM
ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Luersen, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE PRODUTORES DE LEITE DO SUDOESTE DO PARANÁ – UNILEITE SUDOESTE**, com sede e foro no Município de Capanema, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar a súmula e o artigo 1º, que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral**, em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 21 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR


APROVADO

21.05.13 





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 176/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 176/2013, passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE PRODUTORES DE LEITE DO SUDOESTE DO PARANÁ – UNILEITE SUDOESTE**, com sede e foro no Município de Capanema.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Associação Intermunicipal de Produtores de Leite do Sudoeste do Paraná – Unileite Sudoeste**, com sede e foro no Município de Capanema.


Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, em 21 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


APROVADO

21.05.13 


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI Nº 179/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 13 MAIO 2013

[Signature]
1º Secretário

Declara de utilidade Pública a
Associação de Moradores e
Amigos do Conjunto Oswaldo
Cruz II, com sede e foro no
Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de Maio de 2013.

[Signature]
MAURO MORAES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que envio à apreciação dessa Casa Legislativa tem como finalidade declarar de Utilidade Pública a **Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II**, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

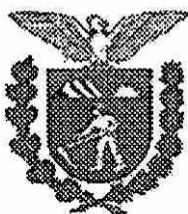
A Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz I, fundada em 19 de janeiro de 1981 para atender os moradores do conjunto, que tem em média 4.000 (quatro mil) moradores. Porém a gestão atual angariou em seu quadro de atendimento os moradores da Comunidade Sagrada Família, sendo esta composta em média por 16.000(dezesseis mil) moradores.

A Associação, consoante seu estatuto, tem a finalidade de:

- a) Promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores;
- b) Representar os moradores da associação em suas reivindicações junto aos poderes constituídos;
- c) Promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade em geral;
- d) Receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza desde que seja lícito;
- e) Colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhe conhecimento dos problemas na vila, pleiteando as respectivas soluções;
- f) Desenvolver trabalho com a criança, adolescente e idoso proporcionando uma melhor qualidade de vida;
- g) Desenvolver cursos de alfabetização e curso da capacitação aos jovens e aos idosos;
- h) Desenvolver atividades esportivas;
- i) Publicar jornal;
- j) Administrar Rádio Comunitária dentro da área de atuação;
- k) Administrar creche Comunitária, Casa de Idosos, Casa Lares, etc.



Desta forma, aguardamos que a presente proposição seja aprovada. Segue em anexo as documentações necessárias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 179/2013

Projeto de Lei nº. 179/2013
Autora: Deputado Mauro Moraes

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DE ORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

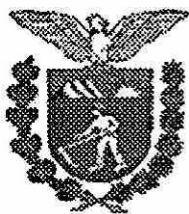
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

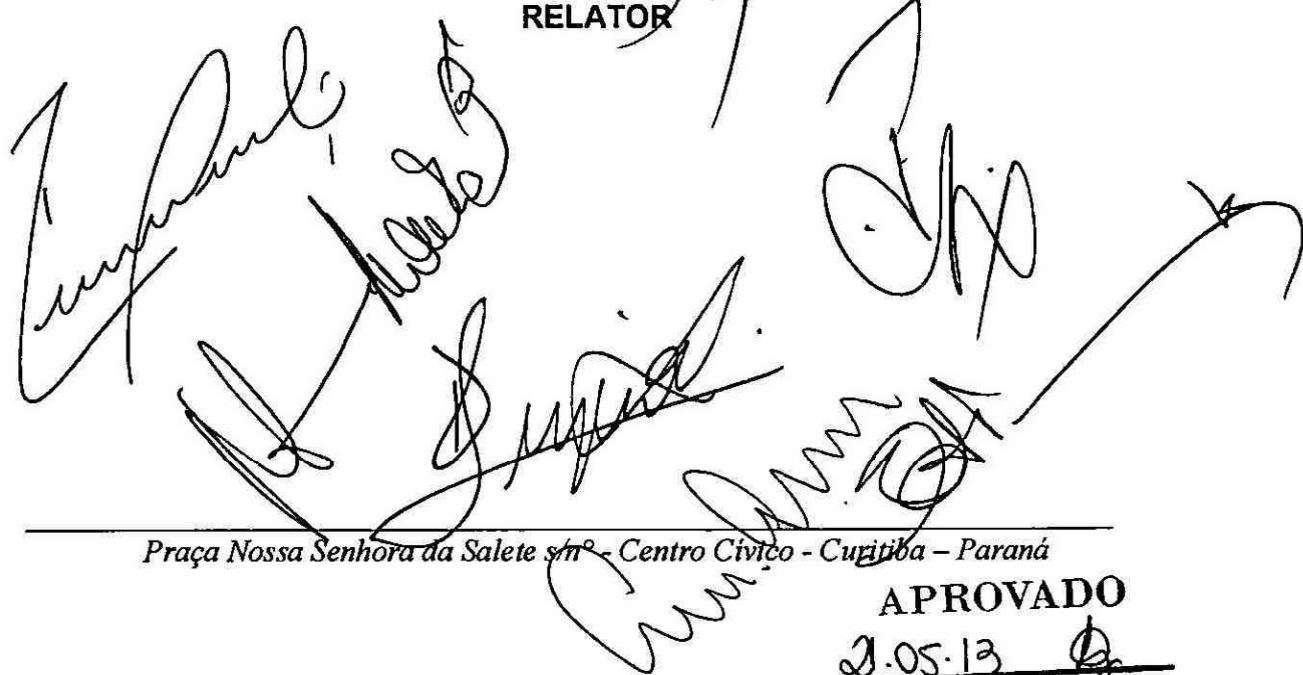
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 15 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

2.05.13 